

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>
<p>Despacho</p>	<p>NP: bnn178p8 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 23/10/2013 Indicação nº 2801/2013 Protocolo nº 6547/2013</p>
<p>Autor: Dep. Gilmar Fabris</p>	

Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso Silval da Cunha Barbosa, com cópias ao Exmo. Secretário de Estado da Casa Civil Dr. Pedro Jamil Nadaf, ao Exmo. Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) Senhor Arnaldo Alves de Souza Neto, ao Exmo. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF) Senhor Meraldo Figueiredo de Sá e ao Ilmo. Presidente do Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) Senhor Afonso Dalberto, a necessidade de se realizar estudos objetivando a solução dos graves problemas orçamentários, financeiros e de estrutura desse importante órgão responsável pela execução de política fundiária do Estado de Mato Grosso.

Com fulcro no art. 160 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, requeiro a Mesa Diretora, ouvido o Soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Silval da Cunha Barbosa, com cópias ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Casa Civil Pedro Nadaf, ao Exmo. Senhor Secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) Arnaldo Alves de Souza Neto, ao Exmo. Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF) Meraldo Figueiredo de Sá e ao Ilmo. Senhor Presidente do Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) Afonso Dalberto, mostrando a necessidade de se realizar estudos objetivando a solução dos graves problemas orçamentários e financeiros e de estrutura do INTERMAT, importante órgão responsável pela execução de política fundiária do Estado de Mato Grosso.

Gilmar Fabris
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O Instituto de Terras de Mato Grosso, responsável pela execução da política fundiária do Estado, já vem há alguns anos passando por uma situação de total abandono e descaso, ainda que a sua importância seja vital ao desenvolvimento do Estado. É preciso que o Governo Estadual reestruture esse órgão, dando condições de trabalho, considerando o grande alcance social dessa entidade.

Regularização fundiária urbana e rural, a promoção de ações para o desenvolvimento sócio-econômico das famílias assentadas, acesso à créditos, conservação e melhoria das áreas destinadas a projetos de assentamentos, apoio à comercialização e à implantação de estruturas para oferecer autonomia produtiva e acesso aos serviços públicos essenciais, são algumas das ações desenvolvidas por esse órgão.

Todavia, as condições atuais de trabalho, verbas insuficientes, quadro reduzido de funcionários, tem contribuído para o sucateamento desse órgão tão importante para o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado.

Por estas razões, conclamo meus pares pela aprovação desta Indicação, e que todos assumam essa importante causa para os trabalhadores do nosso Estado.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 22 de Outubro de 2013

Gilmar Fabris
Deputado Estadual